



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Anajás



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução..... 8

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza..... 9

1 – Evolução da Taxa de Pobreza..... 9

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais..... 10

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável..... 11

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer..... 12

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)..... 13

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar..... 14

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)..... 14

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes..... 15

Objetivo 4 - Educação de Qualidade..... 17

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes..... 17

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet..... 18

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero..... 19

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros..... 19

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres..... 20

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento..... 22

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto..... 22

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita..... 23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Anajás x RI Marajó x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Anajás x RI Marajó x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Anajás x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Anajás x RI Marajó x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Anajás x RI Marajó x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Anajás x RI Marajó x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Anajás x RI Marajó x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Anajás x RI Marajó x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Anajás x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Anajás x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Anajás x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Anajás x RI Marajó x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Anajás x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Anajás x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Anajás x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Anajás x RI Marajó x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Anajás x RI Marajó x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Anajás x RI Marajó x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Anajás x RI Marajó x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Anajás x RI Marajó x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Anajás x RI Marajó x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Anajás x RI Marajó x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Anajás x RI Marajó x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Anajás x RI Marajó x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Anajás x RI Marajó x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Anajás x RI Marajó x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Anajás x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Anajás x RI Marajó x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Anajás x RI Marajó x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Anajás x RI Marajó x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Anajás x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Anajás x RI Marajó x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamento

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Anajás (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



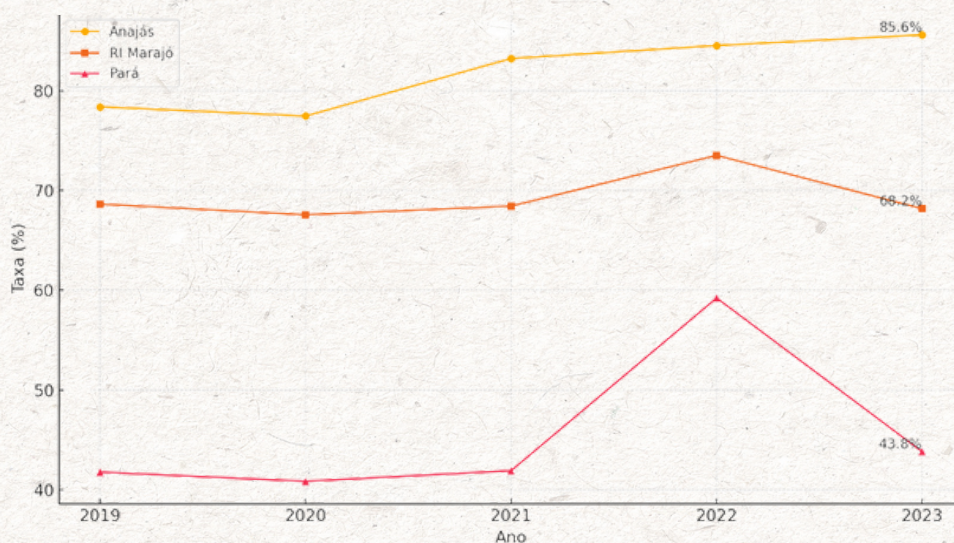
Evolução da Taxa de Pobreza

No município de Anajás, a taxa de pobreza apresentou crescimento constante no período de 2019 a 2023. Em 2019, a taxa era de 78,5%, caindo levemente para 77,6% em 2020. A partir de 2021, observa-se um crescimento: 82,5% (2021), 83,9% (2022) e, finalmente, 85,6% em 2023. A Região de Integração do Marajó manteve certa estabilidade entre 2019 e 2021, com valores entre 67,8% e 68,6%, mas apresentou um pico em 2022 (73,5%) antes de retornar a 68,2% em 2023. Já o estado do Pará teve comportamento mais oscilante: partiu de 41,8% (2019), caiu para 40,7%

(2020), e saltou para 59,4% em 2022, reduzindo-se a 43,8% em 2023 (Gráfico 1).

A análise conjunta mostra que Anajás apresenta uma taxa de pobreza persistentemente mais elevada que os demais recortes territoriais ao longo dos cinco anos, com um crescimento acumulado de 7,1 pontos percentuais. O comportamento do Pará se destaca pelo pico em 2022, que pode indicar efeitos econômicos pontuais, seguido por rápida retração. A Região de Integração do Marajó demonstrou maior estabilidade, apesar do aumento abrupto em 2022, que foi corrigido no

Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Anajás x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 85,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

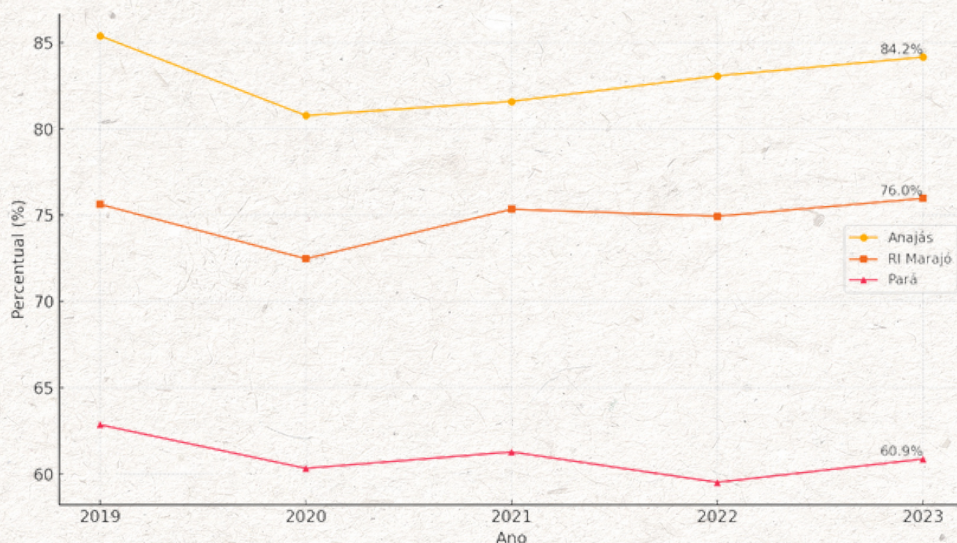
Despesas Públicas com Serviços essenciais

Em Anajás, o percentual das despesas públicas com serviços essenciais iniciou o período de análise com 85,4% em 2019, caindo para 80,9% em 2020. A partir de então, o índice passou a crescer: 81,7% (2021), 83,2% (2022) e 84,2% em 2023. Apesar da queda inicial, o município demonstrou retomada gradual do investimento proporcional na área essencial, encerrando 2023 com valor apenas levemente inferior ao de 2019. A Região de Integração do Marajó seguiu comportamento semelhante, partindo de 75,6% em 2019, reduzindo-se para 72,6% em 2020 e encerrando 2023 em 76,0% (Gráfico 2).

Já o estado do Pará apresentou valores consistentemente mais baixos: 62,9% (2019), 60,4% (2020), 61,3% (2021), 59,3% (2022) e 60,9% (2023). Em termos comparativos, Anajás manteve-se com os maiores percentuais entre os três recortes durante todo o período, indicando uma priorização local nos serviços essenciais. A oscilação observada na RI Marajó também sugere certa estabilidade com tendência de crescimento recente. No entanto, o Pará manteve percentuais baixos e quase estáveis, o que pode refletir dificuldades estruturais ou escolhas orçamentárias menos voltadas a essa finalidade, em contraste com o esforço municipal observado em Anajás (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Anajás x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 84,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar da nutrição e promover a agricultura sustentável.

Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

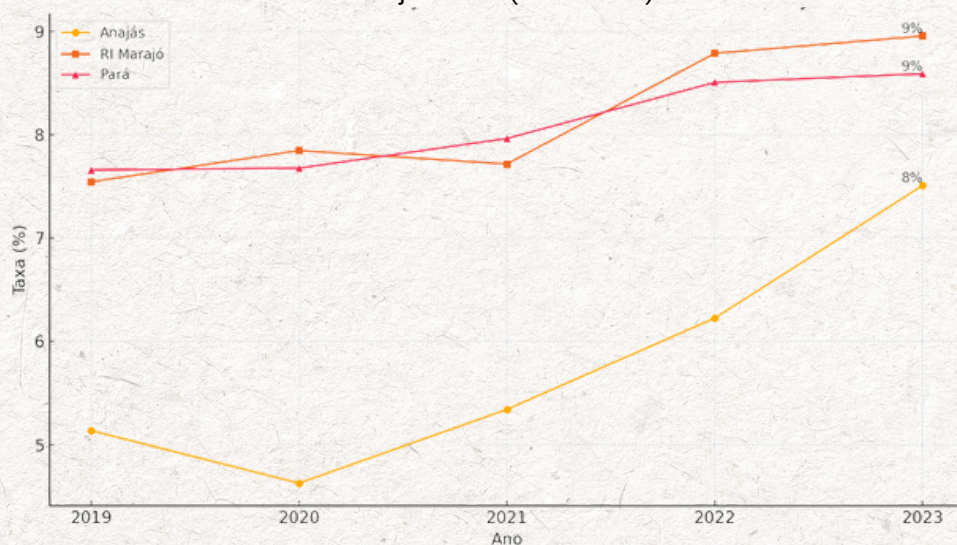
Anajás apresentou crescimento expressivo na prevalência de crianças com baixo peso ao nascer. Em 2019, a taxa era de 5,1%, recuando para 4,6% em 2020, mas a partir de 2021 iniciou uma trajetória ascendente: 5,3% (2021), 6,3% (2022) e 8,0% em 2023. A RI Marajó também cresceu de 7,5% (2019) para 9,0% (2023), enquanto o estado do Pará passou de 7,6% para 8,9% no mesmo intervalo. A taxa de Anajás, embora mais baixa que a média estadual em 2019, se aproxima dela em 2023 (Gráfico 3).

Esse comportamento indica um agravamento da saúde

neonatal no município, com crescimento de 3,4 pontos percentuais entre 2019 e 2023. A RI Marajó e o estado apresentaram aumentos mais suaves, de 1,5 e 1,3 pontos respectivamente. O dado é preocupante, pois o baixo peso ao nascer está associado a diversas vulnerabilidades sociais e à insuficiência dos cuidados de pré-natal. O aumento em Anajás, além de superar o crescimento relativo das demais regiões, pode sinalizar desafios estruturais locais, exigindo políticas públicas voltadas à saúde materno-infantil (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Anajás x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

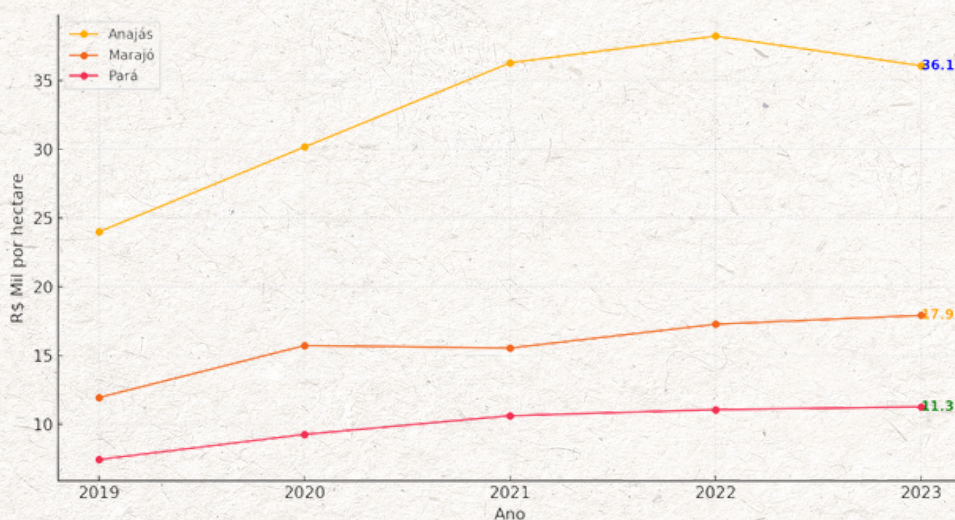
Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

A produtividade agrícola de Anajás apresentou crescimento expressivo no período, passando de R\$ 24,2 mil/ha em 2019 para um pico de R\$ 38,2 mil/ha em 2022, antes de encerrar 2023 em R\$ 36,1 mil/ha. Na RI Marajó, a produtividade passou de R\$ 12,1 mil/ha (2019) para R\$ 17,9 mil/ha (2023). Já o estado do Pará teve evolução de R\$ 7,5 mil/ha para R\$ 11,3 mil/ha no mesmo intervalo. O destaque é para Anajás, que manteve valores sistematicamente superiores à média regional e estadual (Gráfico 4).

Apesar de uma leve queda entre 2022 e 2023,

Anajás apresenta uma expansão acumulada de 11,9 mil reais por hectare, equivalente a um crescimento de 49,2%. Isso contrasta com o desempenho mais modesto da RI Marajó (crescimento de 5,8 mil reais, ou 47,9%) e do estado (3,8 mil reais, ou 50,6%). Os números revelam que o município tem elevado potencial agrícola e que a produtividade é um ponto forte local, o que pode ser explorado como motor de desenvolvimento socioeconômico, desde que vinculado a políticas de combate à pobreza e melhorias em indicadores sociais (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Anajás x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 36,1 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

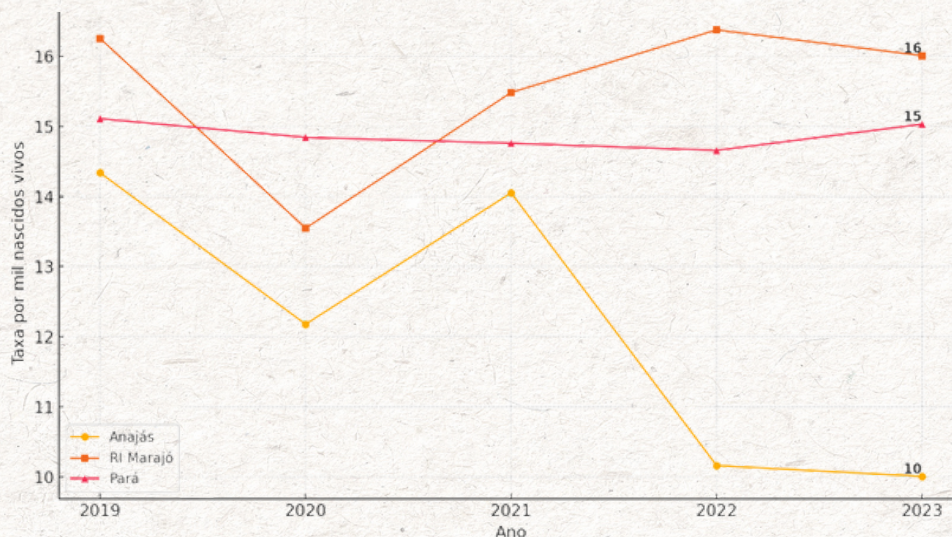
Em Anajás, a taxa de mortalidade infantil reduziu-se de forma significativa entre 2019 e 2023. Em 2019, o município registrava 14,3 mortes por mil nascidos vivos, número que caiu para 12,2 em 2020. Após leve aumento em 2021 (14,0), houve uma queda expressiva em 2022 (10,2), atingindo o valor mais baixo da série em 2023, com 10,0. A Região de Integração do Marajó apresentou valores superiores em todos os anos, partindo de 16,3 (2019) e encerrando com 16,0 em 2023, enquanto o estado do Pará oscilou levemente entre 15,1 e 14,7, retornando a 15,0 em 2023 (Gráfico 5).

A análise revela um avanço notável em Anajás, com uma redução de 4,3 pontos na taxa de mortalidade infantil ao longo do período. Comparativamente, o município conseguiu ultrapassar positivamente a média estadual, com diferença de 5 pontos em 2023. A RI Marajó, por outro lado, não apresentou a mesma melhoria, mantendo taxas elevadas e quase estáveis. Esses dados indicam possível melhora na cobertura ou qualidade dos serviços de saúde infantil em Anajás, contrastando com o desempenho mais tímido da região de integração (Gráfico 5).





Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Anajás x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

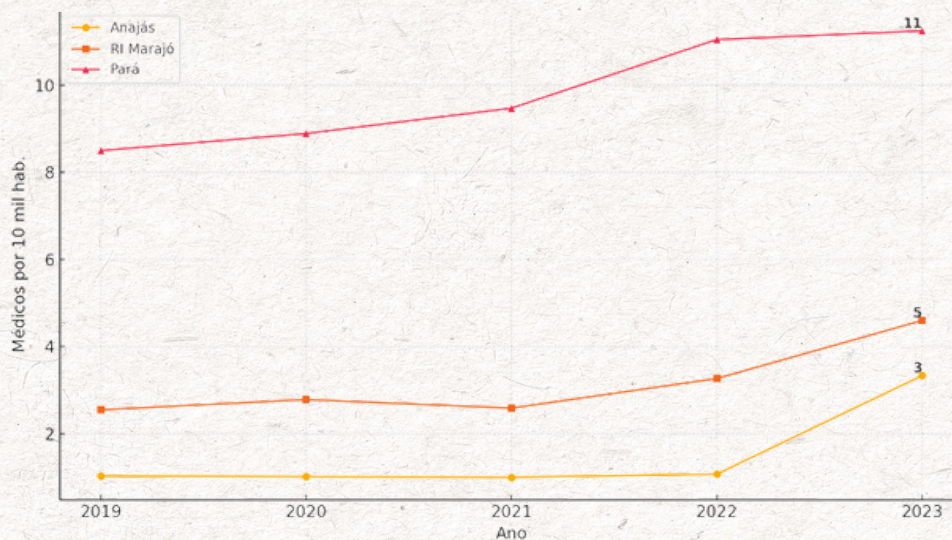
O número de médicos por 10 mil habitantes em Anajás permaneceu estável entre 2019 e 2022, variando de 1,0 para 1,1 médicos. Contudo, em 2023 houve um salto significativo, atingindo 3,0 médicos por 10 mil habitantes. A RI Marajó evoluiu de 2,6 (2019) para 5,0 (2023), e o estado do Pará partiu de 8,5 para 11,0 no mesmo intervalo. Apesar do avanço recente em Anajás, o município ainda está bem abaixo da média estadual (Gráfico 6).

Esse crescimento tardio em Anajás pode

refletir políticas recentes de contratação ou ampliação do Programa Mais Médicos ou equivalentes. A diferença ainda considerável em relação ao estado (8 pontos) demonstra que o acesso à saúde especializada continua desigual. No entanto, a elevação proporcional de 200% entre 2022 e 2023 sinaliza uma melhora promissora no quadro médico do município, que pode contribuir para consolidar os avanços em indicadores como a mortalidade infantil (Gráfico 6).



Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Anajás x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.**

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Em Anajás, a oferta de vagas no ensino público por mil habitantes iniciou em 2019 com 353 vagas, caindo para 336 em 2020. A partir de 2021, houve crescimento: 378 vagas, seguido por um pico de 402 em 2022. Contudo, em 2023 observou-se uma queda para 369 vagas. A Região de Integração do Marajó também oscilou: iniciou com 301 vagas em 2019 e encerrou 2023 com 284. O estado do Pará apresentou valores mais baixos e estabilidade relativa: de 212 (2019) para 198 (2023) (Gráfico 7).

O desempenho de Anajás foi superior ao dos demais recor-

tes durante todo o período, demonstrando maior cobertura educacional proporcional à população. Mesmo com a leve retração em 2023, o município manteve uma média acima de 360 vagas por mil habitantes, quase o dobro da média estadual. Essa capacidade pode indicar maior presença de escolas públicas ou menor densidade populacional, mas também sinaliza esforço positivo em garantir o direito à educação. O desafio passa a ser alinhar esse quantitativo a melhorias qualitativas, como acesso à internet e infraestrutura escolar (Gráfico 7).

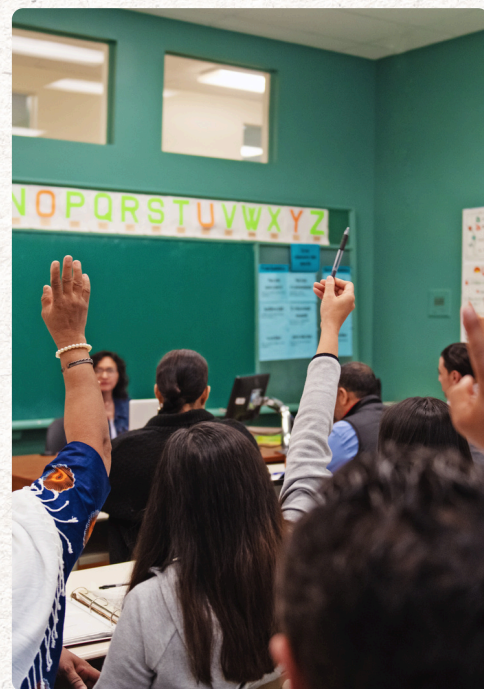
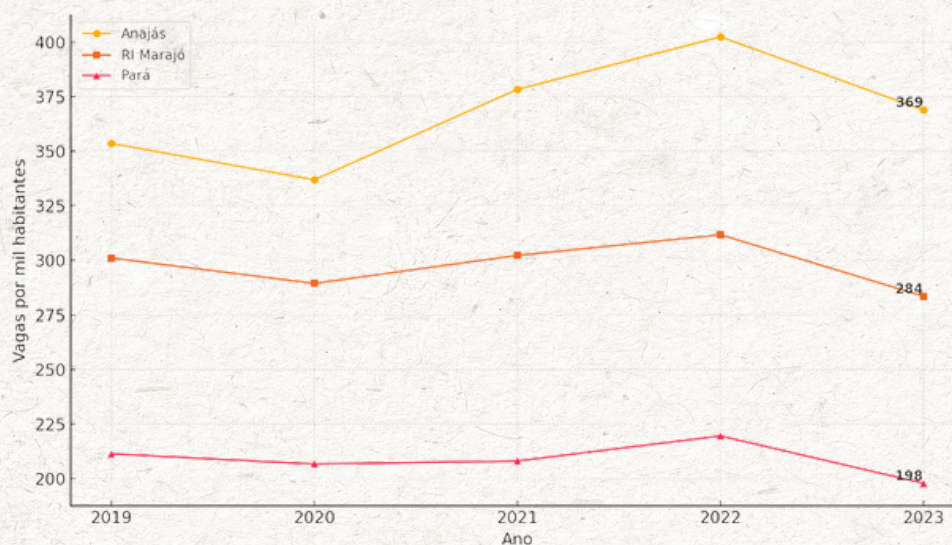


Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Anajás x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 369 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

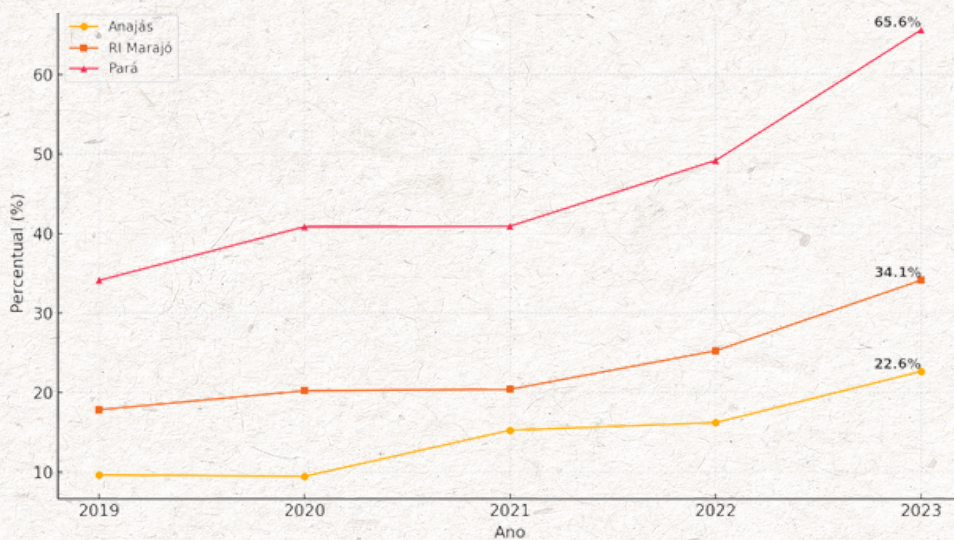
Percentual de Escolas com Acesso à Internet

O acesso à internet nas escolas públicas de Anajás era bastante limitado em 2019, com apenas 9,4% das unidades conectadas. Esse número manteve-se estável até 2020 (9,3%), mas passou a subir gradualmente: 15,3% em 2021, 16,4% em 2022 e 22,6% em 2023. A RI Marajó acompanhou ritmo semelhante, crescendo de 18,1% (2019) para 34,1% (2023). O estado do Pará, por sua vez, apresentou crescimento expressivo: de 34,0% para 65,6% no mesmo período (Gráfico 8).

O aumento registrado em Anajás é posi-

tivo, com avanço de 13,2 pontos em quatro anos, mas ainda insuficiente diante das exigências da educação digital contemporânea. Em 2023, o município apresenta cerca de um terço do percentual observado no estado, revelando um importante desafio na inclusão digital escolar. A ampliação do acesso à internet é essencial para a qualidade da educação, e o ritmo atual indica que será necessário acelerar os investimentos para reduzir a desigualdade tecnológica no ensino público (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Anajás x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 22,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros

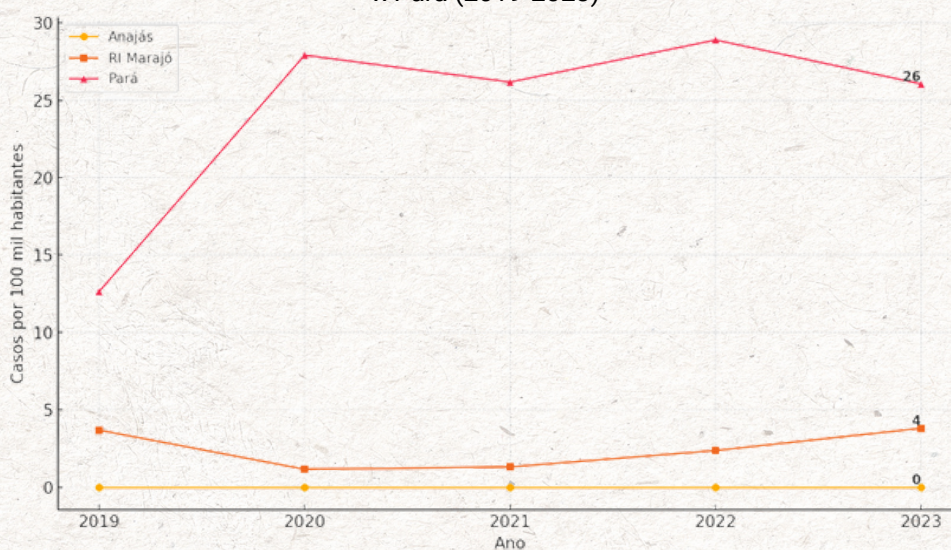


O município de Anajás não registrou nenhum caso reportado de violência contra a mulher por parceiros entre 2019 e 2023, mantendo-se em zero durante todo o período. Já a Região de Integração do Marajó variou de 3,7 casos em 2019 para 4,0 em 2023, com queda para 1,1 em 2020 e 2021, e leve aumento posterior. No estado do Pará, a taxa foi significativamente maior, com aumento acentuado de 12,7 (2019) para 28,2 (2020), encerrando 2023 com 26,0 casos por 100 mil habitantes (Gráfico 9).



A ausência de registros em Anajás pode indicar subnotificação, especialmente em regiões remotas com fragilidade institucional. A RI Marajó apresenta uma taxa baixa, mas crescente, refletindo possível melhora na captação de dados ou aumento real da violência. No Pará, a tendência crescente a partir de 2020 é alarmante e exige ações coordenadas de enfrentamento à violência de gênero. A disparidade entre os territórios também reforça a necessidade de fortalecer mecanismos locais de denúncia e proteção às vítimas, especialmente em municípios como Anajás (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Anajás x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

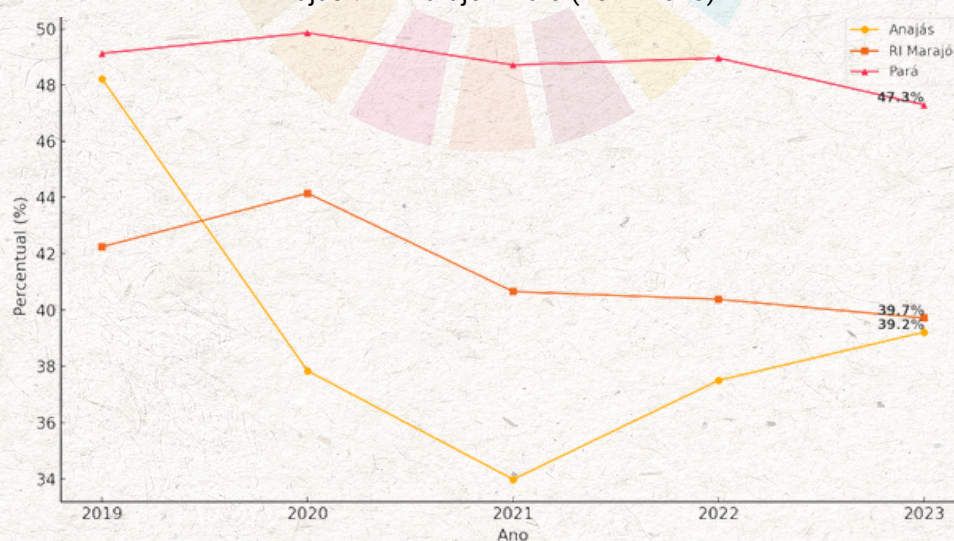
Em Anajás, o percentual de cargos gerenciais ocupados por mulheres caiu de 48,2% em 2019 para 33,9% em 2021, mas apresentou recuperação nos anos seguintes: 37,6% (2022) e 39,2% em 2023. A RI Marajó variou entre 42,3% (2019) e 39,7% (2023), com pico de 44,2% em 2020. O estado do Pará manteve o maior percentual durante todo o período, com estabilidade entre 48,9% e 47,3% (Gráfico 10).





A trajetória de Anajás revela retrocesso na participação feminina em cargos de liderança, apesar da leve retomada recente. Em 2023, o município ainda está cerca de 8 pontos percentuais abaixo da média estadual. A RI Marajó, embora com flutuações, manteve níveis mais estáveis. O Pará destaca-se pelo maior equilíbrio de gênero, reforçando a importância de políticas públicas que incentivem a igualdade de oportunidades no setor público e privado, especialmente em regiões mais vulneráveis (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Anajás x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 39,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

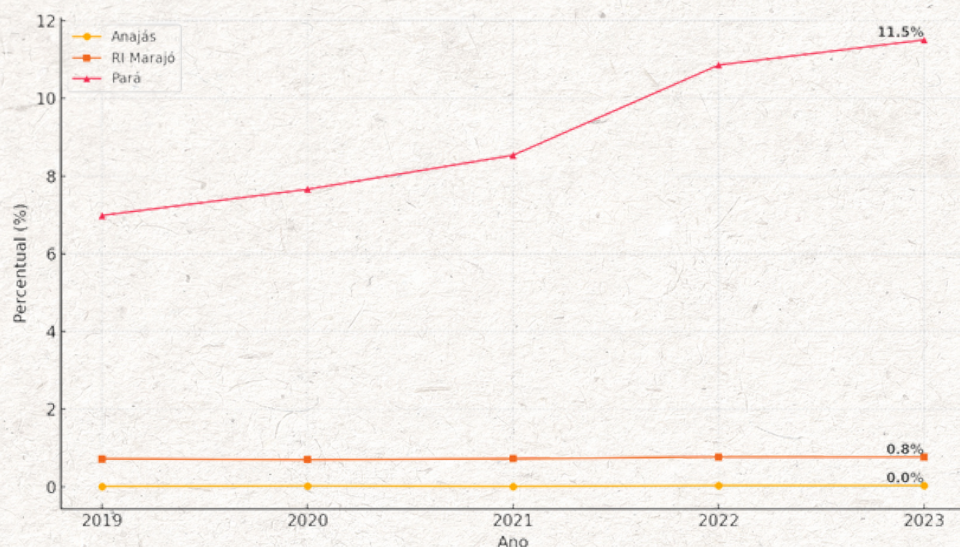
Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

O município de Anajás apresentou percentual nulo (0,0%) de população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto em todos os anos entre 2019 e 2023. Já a Região de Integração do Marajó manteve um valor constante de 0,8% durante todo o período. O estado do Pará, por sua vez, mostrou evolução positiva: de 7,0% em 2019 para 11,5% em 2023, com crescimento contínuo ano a ano (Gráfico 11).

A estagnação de Anajás nesse indicador revela um grave déficit de infraestrutura sanitária voltada às populações mais vulneráveis. Em comparação com o estado, que teve um crescimento de 4,5 pontos percentuais no período, o município demonstra ausência total de cobertura no serviço de coleta de esgoto para essa faixa populacional. A RI Marajó também revela desempenho fraco, sem progresso em cinco anos. Esses dados evidenciam a urgência de políticas públicas específicas para saneamento básico em Anajás e na região insular paraense (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Anajás x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,0%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

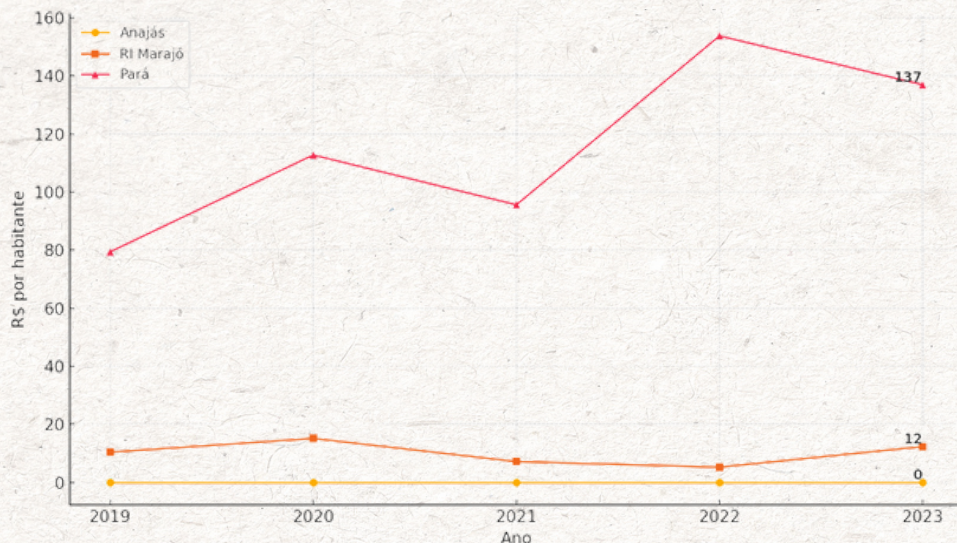
O gasto municipal com saneamento básico per capita em Anajás foi zero de 2019 a 2022, atingindo apenas R\$ 0,3 por habitante em 2023. A RI Marajó apresentou valores modestos, partindo de R\$ 11,3 (2019) para R\$ 12,4 (2023), com queda intermediária em 2021 (R\$ 7,3) e 2022 (R\$ 5,6). O estado do Pará teve valores significativamente mais altos: R\$ 79,2 em 2019, chegando a R\$ 154,0 em 2022, antes de recuar para R\$ 137,0 em 2023 (Gráfico 12).

A ausência quase total de investimentos em saneamento em Anajás contrasta fortemen-

te com a média estadual, o que pode refletir ausência de priorização política, baixa arrecadação ou limitações na capacidade técnica-administrativa local. A situação é preocupante diante das implicações sanitárias e ambientais do saneamento precário, sobretudo para a população de baixa renda. A RI Marajó, mesmo com baixos valores, apresentou pelo menos certa regularidade. Os dados reforçam a urgência de alocação de recursos e execução de projetos estruturantes no município (Gráfico 12).



Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Anajás x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

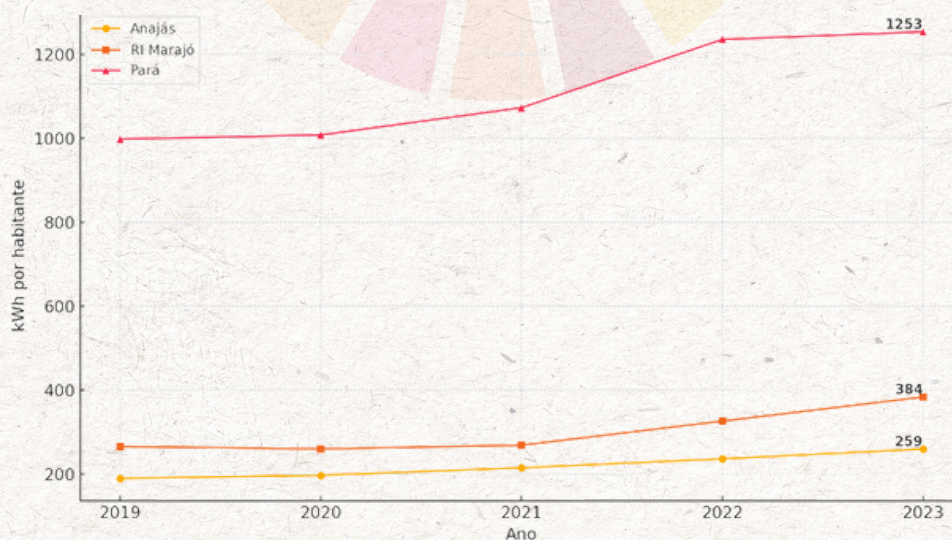


Em Anajás, o consumo de energia elétrica per capita cresceu de 186 kWh/hab. em 2019 para 259 kWh/hab. em 2023, com aumento constante ao longo do período. A Região de Integração do Marajó também apresentou crescimento: de 270 para 384 kWh/hab. no mesmo intervalo. O estado do Pará teve um consumo substancialmente mais alto, partindo de 998 kWh/hab. em 2019 e atingindo 1.253 kWh/hab. em 2023, com forte elevação a partir de 2021 (Gráfico 13).

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Embora o consumo em Anajás tenha aumentado 39,2% no período, ainda representa apenas cerca de 21% do consumo médio estadual em 2023. A RI Marajó também está bem abaixo da média do Pará, mas apresenta uma trajetória de aumento mais acentuada que a de Anajás. Esses dados indicam que, apesar de avanços, o acesso ou o uso efetivo de energia elétrica ainda é limitado no município e na região, o que pode refletir questões de infraestrutura, renda ou cobertura de redes (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Anajás x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 259 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

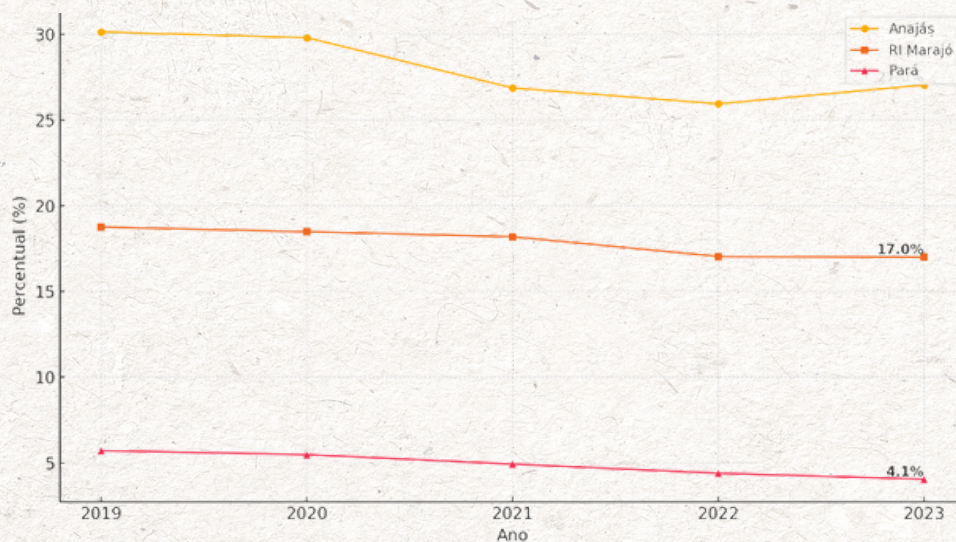
Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Anajás apresentou uma redução no percentual de domicílios de baixa renda que utilizam iluminação fóssil, passando de 30,1% em 2019 para 27,0% em 2023. A queda foi mais acentuada entre 2020 e 2021, quando o indicador recuou de 29,8% para 27,0%. Na Região de Integração do Marajó, o índice também caiu de 18,9% em 2019 para 17,0% em 2023. Já no estado do Pará, o percentual é bem inferior, partindo de 5,6% em 2019 para 4,1% em 2023 (Gráfico 14).

Apesar da redução observada, o uso de iluminação fóssil ainda é expressivamente alto em Anajás, sendo mais de seis vezes superior à média estadual. A manutenção desse patamar elevado sugere limitações no acesso regular à energia elétrica, sobretudo entre as populações mais vulneráveis. A tendência de queda é positiva, mas a persistência do problema em níveis tão altos revela desigualdade estrutural no acesso à energia moderna e exige ações urgentes de universalização e inclusão energética (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Anajás x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

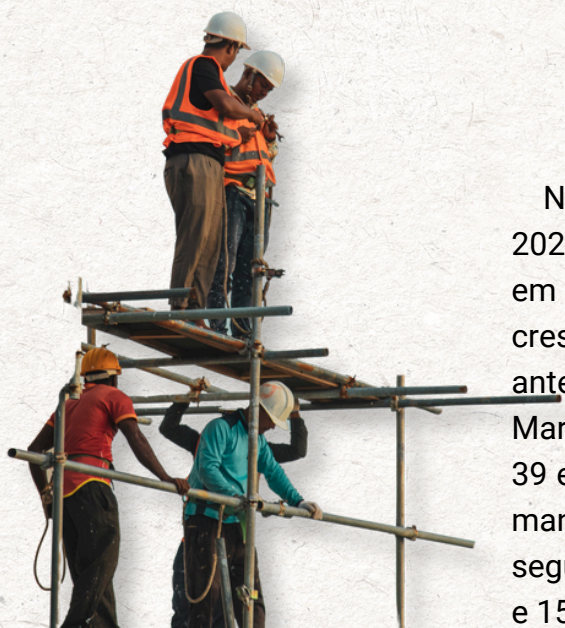
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 27%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.

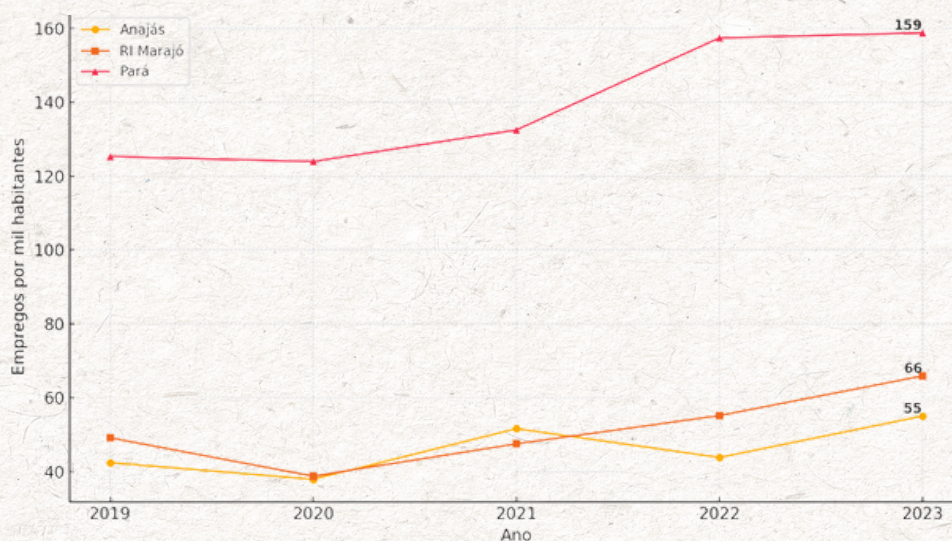


Empregos Formais por Mil Habitantes

O desempenho de Anajás é consistentemente inferior à média estadual, evidenciando fragilidade na formalização do trabalho local. Em 2023, a diferença entre o município (55) e o estado (159) foi de 104 pontos. Mesmo na comparação com a RI Marajó, Anajás ficou 11 pontos abaixo. O crescimento estadual foi de 34 pontos entre 2019 e 2023, enquanto Anajás cresceu apenas 12 pontos no mesmo período. Apesar da recuperação pós-2020, o avanço do município ainda é limitado, apontando para desafios na estrutura produtiva e na atração de empregos formais (Gráfico 15).

No município de Anajás, o indicador oscilou entre 2019 e 2023, iniciando em 43 empregos formais por mil habitantes em 2019 e caindo para 38 em 2020. Em 2021, houve crescimento para 51, mas caiu novamente em 2022 para 44, antes de subir para 55 em 2023. A Região de Integração (RI) Marajó teve trajetória semelhante: 49 em 2019, queda para 39 em 2020, e aumento contínuo até 66 em 2023. Já o Pará manteve estabilidade entre 2019 (125) e 2020 (124), seguido de crescimento expressivo: 132 (2021), 157 (2022) e 159 (2023). Os dados revelam maior dinamismo no estado em relação ao município (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Anajás x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 55 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

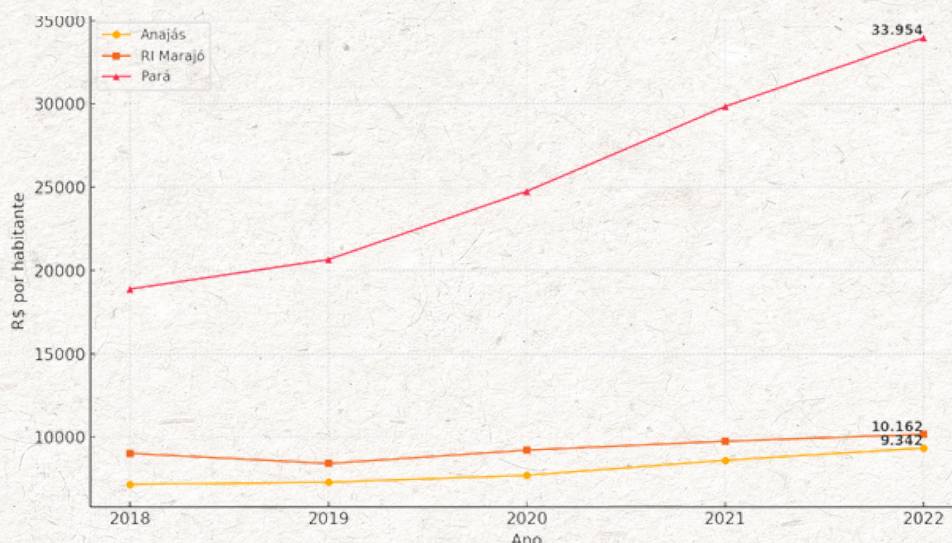
Em Anajás, o PIB per capita variou de R\$ 7.373 em 2018 para R\$ 9.342 em 2022, crescendo R\$ 1.969 no período. Após estabilidade em 2019 (R\$ 7.318), houve crescimento gradual: R\$ 7.682 (2020), R\$ 8.524 (2021) e R\$ 9.342 (2022). Na RI Marajó, o indicador também cresceu, saindo de R\$ 9.164 em 2018 para R\$ 10.162 em 2022. Já o Pará apresentou aumento expressivo: R\$ 18.988 (2018) para R\$ 33.954 (2022), evidenciando forte expansão econômica estadual (Gráfico 16).



A disparidade regional é marcante. Em 2022, o PIB per capita do estado foi 3,6 vezes maior que o de Anajás, e 3,3 vezes maior que a média da RI Marajó. Essa diferença ampliou-se ao longo dos anos: em 2018, a diferença entre Pará e Anajás era de R\$ 11.615, enquanto em 2022 atingiu R\$ 24.612. Embora Anajás tenha apresentado crescimento contínuo, ele foi modesto frente à performance estadual, revelando a concentração da atividade econômica em polos regionais fora do município (Gráfico 16).



Gráfico16 - PIB per capita, Anajás x RI Marajó x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 9.342/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)

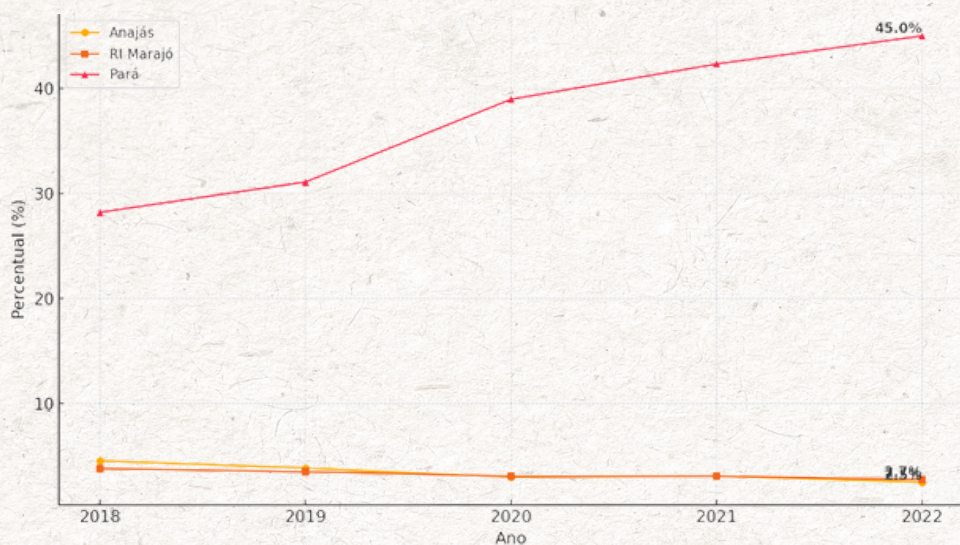


Anajás apresentou tendência de queda na participação da indústria no PIB: de 4,6% em 2018 para 2,3% em 2022. A RI Marajó seguiu comportamento similar: de 4,1% (2018) para 2,3% (2022), indicando um encolhimento do setor industrial local. Em contraste, o estado do Pará apresentou crescimento expressivo no período, saindo de 28,3% em 2018 para 45,0% em 2022, evidenciando fortalecimento do setor industrial, possivelmente impulsionado por atividades extrativas e de transformação em regiões específicas (Gráfico 17).

Essa tendência de retração local da indústria contrasta fortemente com a expansão observada no estado. Em 2022, enquanto a indústria representava quase metade do PIB estadual (45,0%), em Anajás a participação foi mínima, com apenas 2,3%. A queda de 2,3 pontos percentuais no município sugere dependência de setores não industriais, como serviços e agropecuária, o que limita o potencial de geração de empregos qualificados e maior valor agregado. O cenário evidencia a urgência de políticas de diversificação econômica na região (Gráfico 17).



Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Anajás x RI Marajó x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Em Anajás, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes cresceu de 6,5 em 2019 para 10 em 2023. O avanço foi contínuo: 6,7 em 2020, 8,7 em 2021, 9,2 em 2022 e 10 em 2023. A Região de Integração do Marajó também registrou crescimento: de 9,1 em 2019 para 13 em 2023. O estado do Pará apresentou evolução mais acentuada, ini-

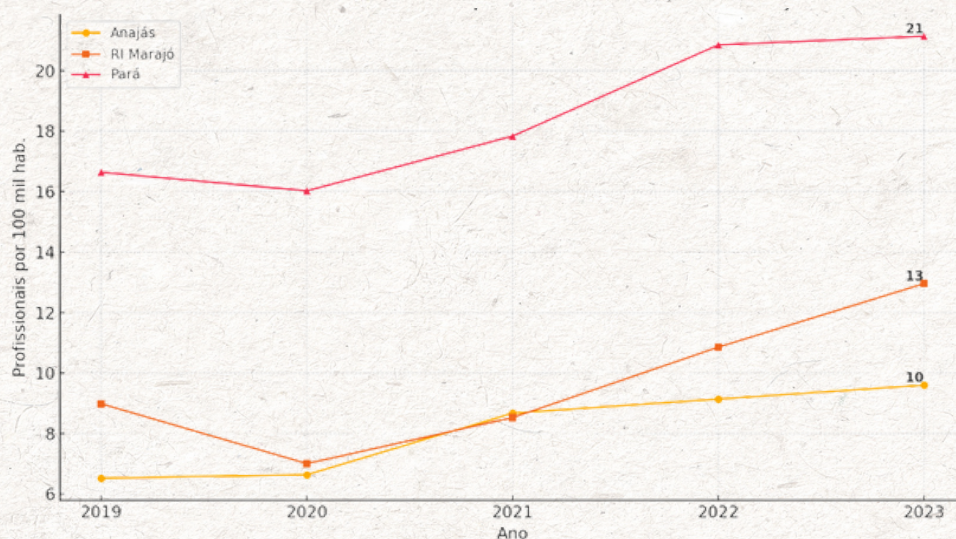


ciando com 16,7 em 2019, caindo levemente para 16,1 em 2020 e atingindo 21 em 2023 (Gráfico 18).

Embora Anajás tenha ampliado sua densidade de profissionais da ciência, a distância em relação ao estado persiste. Em 2023, o Pará apresentou o dobro da taxa registrada em Anajás (21 contra 10), o que reforça a concentração desses profissionais em centros maiores. A RI Marajó também superou Anajás em todos os anos analisados, sugerindo maior atração regional de mão de obra qualificada. O crescimento no município é positivo, mas ainda revela desafios em infraestrutura científica e capacidade de retenção desses profissionais (Gráfico 18).



Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Anajás x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



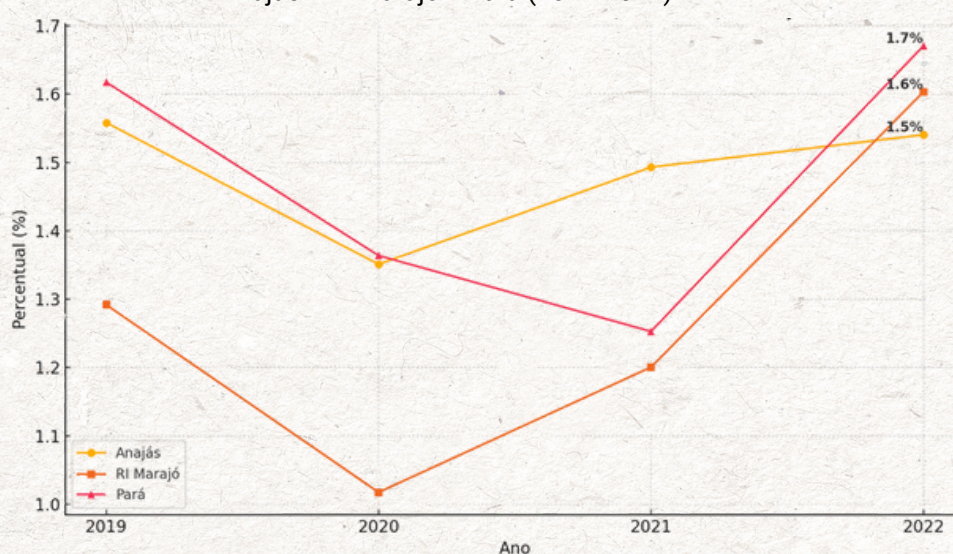
Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Em Anajás, a massa salarial dos vínculos formais em relação ao PIB foi de 1,56% em 2019, recuando para 1,35% em 2020, com recuperação gradual nos anos seguintes: 1,49% (2021) e 1,53% (2022). A RI Marajó teve trajetória semelhante, indo de 1,29% em 2019 para 1,01% em 2020 e subindo para 1,60% em 2022. No Pará, a participação da massa salarial no PIB caiu de 1,61% em 2019 para 1,26% em 2021, mas fechou 2022 com 1,70% (Gráfico 19).

A partir de 2021, a recuperação é evidente

em todos os níveis territoriais, com destaque para a RI Marajó, que superou Anajás em 2022. O estado do Pará apresentou o maior índice, indicando que a valorização salarial acompanhou o crescimento econômico. Em Anajás, a participação da massa salarial manteve-se relativamente estável no período, com pequena perda em relação ao ponto inicial. Isso revela uma estrutura econômica local que ainda limita a expansão da formalização e da remuneração em relação ao PIB (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Anajás x RI Marajó x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

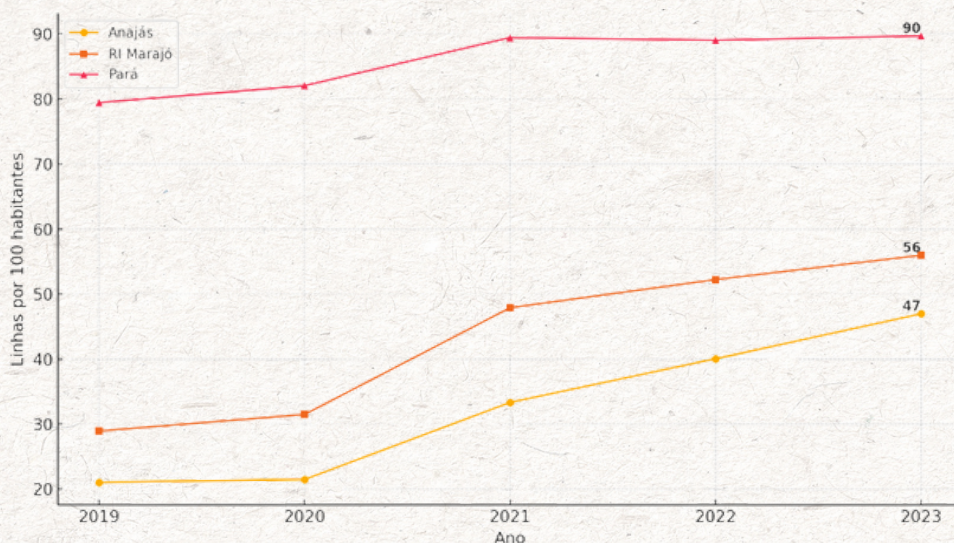
No município de Anajás, o acesso à telefonia móvel evoluiu de forma significativa, saindo de 21 linhas por 100 habitantes em 2019 para 47 em 2023. A Região de Integração Marajó também apresentou crescimento expressivo, de 29 para 56 linhas no mesmo período. Já o estado do Pará partiu de um patamar mais elevado, com 79 linhas em 2019, chegando a 90 em 2023. A maior variação relativa ocorreu em Anajás, que mais que dobrou o número de linhas, reduzindo parcialmente a desigualdade. Apesar dos avanços, a defasagem em relação à média estadual permanece acentuada (Gráfico 20).

Essa tendência demonstra um esforço de inclusão digital, principalmente em regiões mais isoladas. Entre 2020 e 2021, Anajás apresentou sua maior aceleração, saltando de 21 para 33 linhas. O avanço contínuo até 2023 indica uma possível ampliação da infraestrutura ou maior acesso a planos móveis. Ainda assim, o município permanece 43 pontos abaixo da média estadual, reforçando a necessidade de políticas específicas para universalização do serviço. O ritmo de crescimento, embora positivo, ainda não é suficiente para atingir padrões mais equitativos no curto prazo (Gráfico 20).





Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Anajás x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 47 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

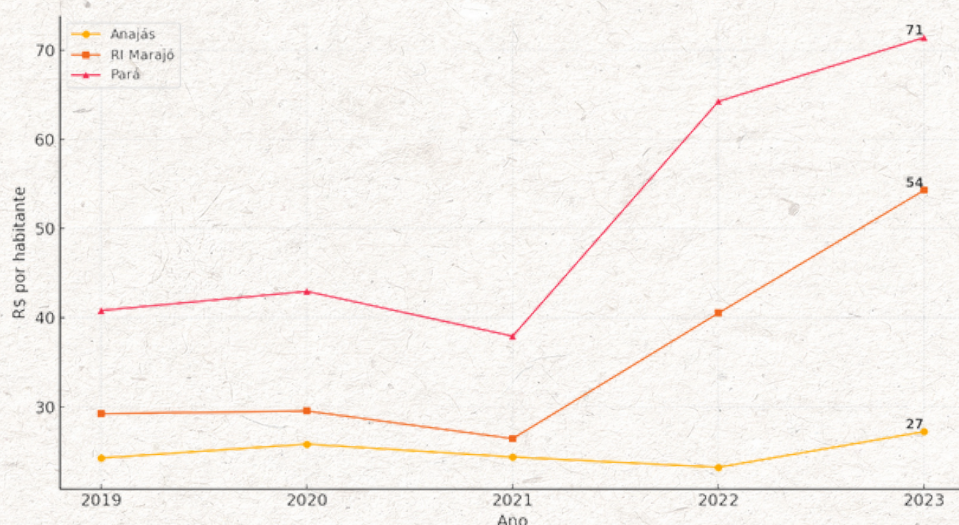
Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

Em Anajás, a despesa pública per capita com cultura e gestão ambiental oscilou entre R\$ 23,6 (2019) e R\$ 27,0 (2023), com queda até 2022 (R\$ 22,9) e recuperação no último ano. A RI Marajó apresentou crescimento expressivo, saindo de R\$ 29,2 em 2019 para R\$ 54,1 em 2023, quase dobrando o valor. Já o estado do Pará teve a maior elevação, saltando de R\$ 40,7 para R\$ 71,0 no mesmo período. Os dados revelam uma priorização crescente desses setores em níveis estadual e regional, mas com baixo reflexo em Anajás (Gráfico 21).

A diferença entre Anajás e o estado do Pa-

rá chegou a R\$ 44,0 por habitante em 2023, indicando forte assimetria na destinação de recursos. A retomada local em 2023, após anos de retração, pode sinalizar novos investimentos pontuais. No entanto, os valores absolutos ainda estão distantes dos patamares regionais, o que pode comprometer o acesso à cultura e à proteção ambiental no município. A disparidade reforça a necessidade de descentralização de políticas públicas e fortalecimento da capacidade fiscal local. O crescimento estadual, por sua vez, sinaliza um avanço importante na agenda ambiental e cultural do Pará (Gráfico 21).

Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Anajás x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

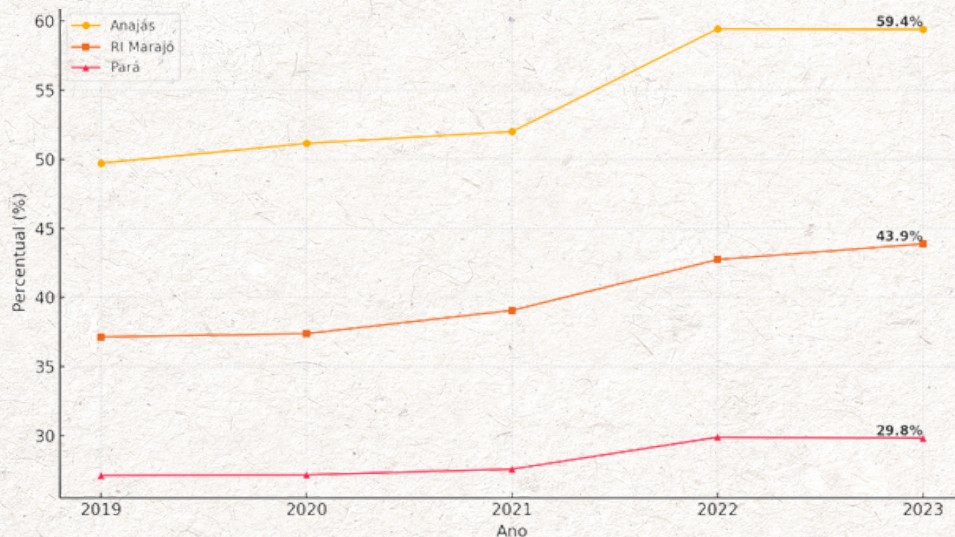


Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

O município de Anajás apresentou um aumento preocupante neste indicador, que passou de 50,0% em 2019 para 59,4% em 2023. Já a RI Marajó subiu de 37,2% para 43,9% no mesmo intervalo, enquanto o estado do Pará teve crescimento mais moderado, de 27,1% para 29,8%. A diferença entre Anajás e o estado é de quase 30 pontos percentuais em 2023, indicando grave deficiência na cobertura de coleta de resíduos sólidos. Entre 2021 e 2022, Anajás registrou o maior salto, de 52,1% para 59,4% (Gráfico 22).

Esse crescimento pode estar associado à ausência de serviços de coleta ou ao aumento da população em áreas sem acesso a infraestrutura urbana. O comportamento da RI Marajó reforça o padrão de exclusão regionalizada na gestão de resíduos. A estabilidade em Anajás entre 2022 e 2023 sugere que o indicador atingiu um platô elevado, o que é preocupante. A estagnação em níveis altos indica ineficácia de políticas públicas para reverter o cenário. A priorização de investimentos em saneamento e coleta seletiva torna-se urgente (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Anajás x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

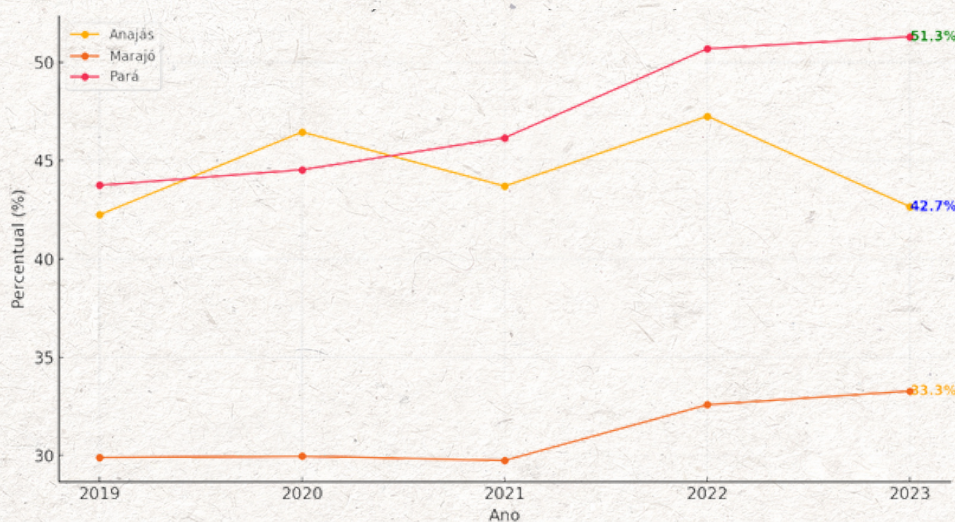
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 59,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Em Anajás, o percentual da população de baixa renda com fossa rudimentar passou de 42,0% em 2019 para 42,7% em 2023, oscilando entre picos de 47,0% (2020) e 47,2% (2022). Na RI Marajó, o indicador partiu de 30,0% e subiu para 33,3%, enquanto o estado do Pará teve a elevação mais expressiva: de 43,8% para 51,3%. Isso coloca o estado como o de maior proporção entre os três recortes analisados em 2023. A leve redução em Anajás de 2022 para 2023 aponta para uma possível melhora local (Gráfico 23).

Apesar da melhora recente em Anajás, a prevalência de fossas rudimentares ainda é elevada, caracterizando uma situação sanitária vulnerável. A trajetória da RI Marajó foi estável até 2021, com piora gradual a partir de 2022. Já o Pará apresenta crescimento contínuo, o que sugere uma expansão urbana desordenada em áreas sem acesso ao saneamento. O contraste entre a tendência de queda em Anajás e a alta estadual pode indicar um esforço local isolado. No entanto, os patamares ainda requerem atenção urgente do poder público (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Anajás x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 42,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

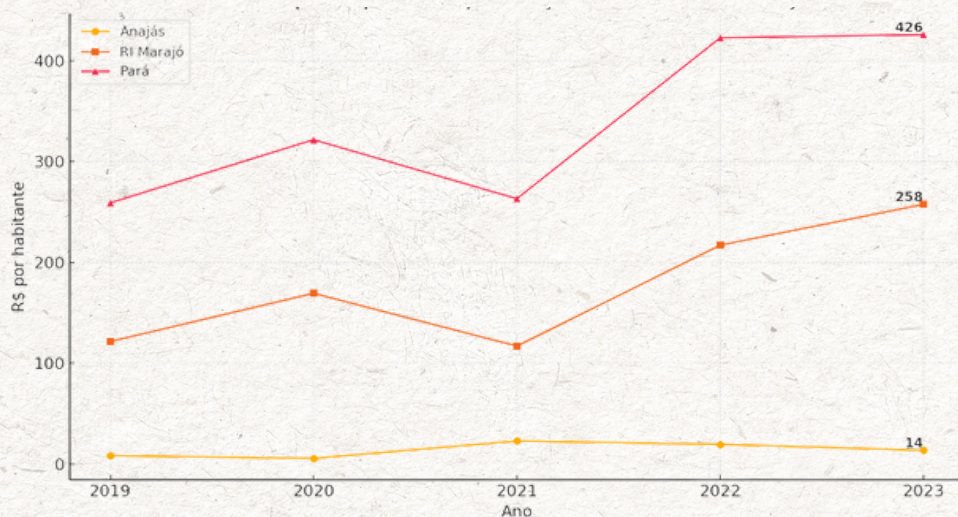
Gastos per capita com prevenção de desastres

O município de Anajás manteve baixos níveis de gasto per capita com prevenção de desastres entre 2019 e 2023, com variação de R\$ 7,9 em 2019 para apenas R\$ 14,0 em 2023. Em contraste, a RI Marajó passou de R\$ 121,5 para R\$ 258,0, enquanto o estado do Pará cresceu de R\$ 260,0 para R\$ 426,0. O maior pico no estado ocorreu em 2022 (R\$ 425,5), enquanto Anajás manteve-se distante da média regional. O investimento municipal foi mais expressivo apenas em 2021 (R\$ 26,4), mas sem continuidade. Esse padrão revela grande disparidade territorial na destinação de recursos para prevenção de riscos ambientais (Gráfico 24).



A ausência de crescimento contínuo em Anajás aponta para a baixa priorização dessa área na agenda local. Enquanto a RI Marajó quase dobrou seus gastos desde 2019, e o Pará cresceu em mais de 60%, Anajás registrou aumento tímido de apenas R\$ 6,1 no período. A lacuna entre Anajás e o estado foi de R\$ 412,0 em 2023, um valor extremamente significativo em termos de proteção à vida e à infraestrutura. Essa negligência pode ampliar a vulnerabilidade frente a desastres naturais, especialmente considerando a localização amazônica. A discrepância exige atenção urgente de políticas estaduais descentralizadas e fortalecimento da capacidade fiscal local (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Anajás x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 14/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: CADUNICO.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



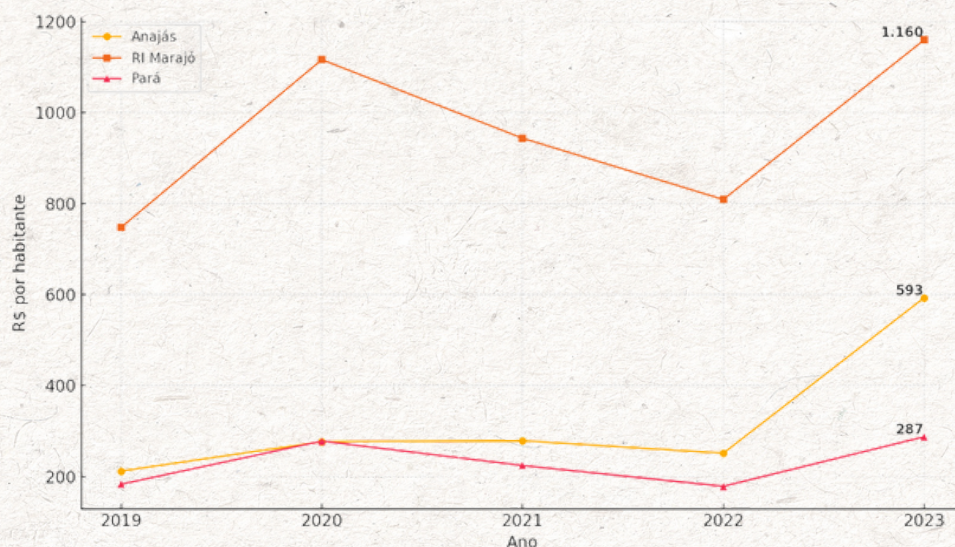
Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

Anajás apresentou variações significativas em sua despesa per capita com preservação aquática. Partiu de R\$ 212,6 em 2019 e alcançou R\$ 593,2 em 2023, com destaque para o salto entre 2022 (R\$ 250,9) e 2023. A RI Marajó apresentou os maiores valores da série, oscilando de R\$ 749,3 (2019) até R\$ 1.160,1 (2023), com pico em 2020 (R\$ 1.121,4). O estado do Pará manteve valores mais baixos e estáveis, partindo de R\$ 181,7 em 2019 e chegando a R\$ 287,2 em 2023. Em 2020, Anajás e Pará empataram em R\$ 277,3, mas os trajetos posteriores divergiram. O município ampliou fortemente seus investimentos no último ano (Gráfico 25).

Esse crescimento recente em Anajás sinaliza uma possível reorientação política ou ingresso de recursos externos. Ainda assim, a diferença para a média da RI Marajó (quase R\$ 567 em 2023) revela uma desigualdade persistente. A superioridade da RI pode estar associada à presença de áreas de preservação ou políticas intermunicipais. Já o comportamento mais comedido do estado sugere atuação mais homogênea ou limitada frente aos desafios aquáticos. Em termos proporcionais, Anajás quase triplicou sua despesa entre 2022 e 2023, o que deve ser monitorado para verificar continuidade e efetividade das ações ambientais (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Anajás x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 593/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

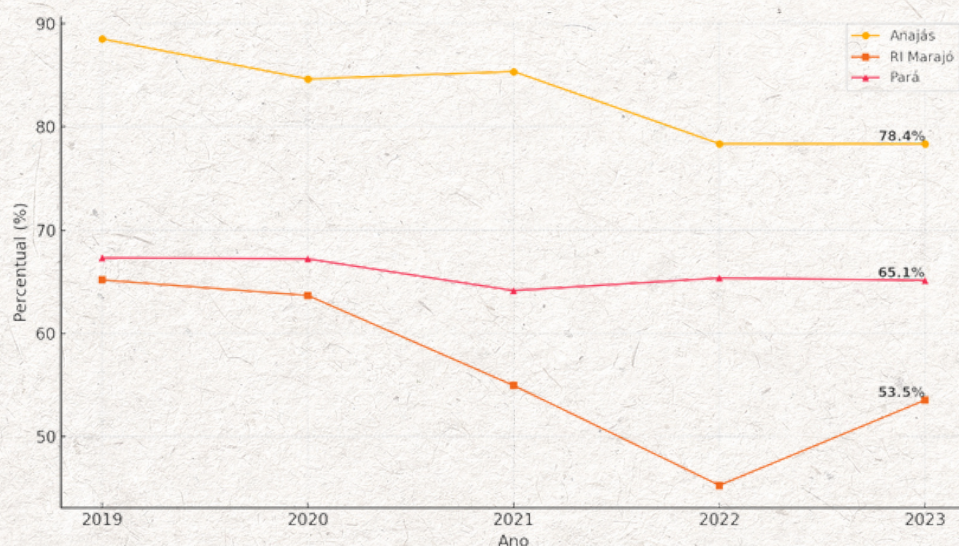
Percentual da Área de Floresta em relação à área total

Em Anajás, o percentual de cobertura florestal caiu de 88,7% em 2019 para 78,4% em 2023, com perdas mais acentuadas entre 2021 (85,5%) e 2022 (78,2%). A RI Marajó foi a mais afetada, passando de 65,0% para apenas 53,5% no mesmo intervalo. O estado do Pará teve uma queda menos intensa, de 67,3% para 65,1%. Apesar da queda, Anajás ainda possui a maior proporção de floresta entre os recortes. No entanto, o declínio acentuado indica um avanço do uso antrópico da terra. As curvas indicam que a pressão sobre os recursos florestais aumentou especialmente após 2020 (Gráfico 26).

A perda de 10,3 pontos percentuais em Anajás em apenas quatro anos é um alerta ambiental relevante. Mesmo partindo de um patamar superior, o ritmo de declínio ameaça a biodiversidade local e pode comprometer serviços ecossistêmicos. A trajetória da RI Marajó sugere maior vulnerabilidade regional a desmatamentos e mudanças no uso do solo. O Pará, apesar da estabilidade relativa, ainda mostra sinais de deterioração ambiental. Esse indicador reforça a urgência de políticas de conservação efetiva, além de investimentos em monitoramento e fiscalização territorial nos municípios mais afetados (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Anajás x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 78,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

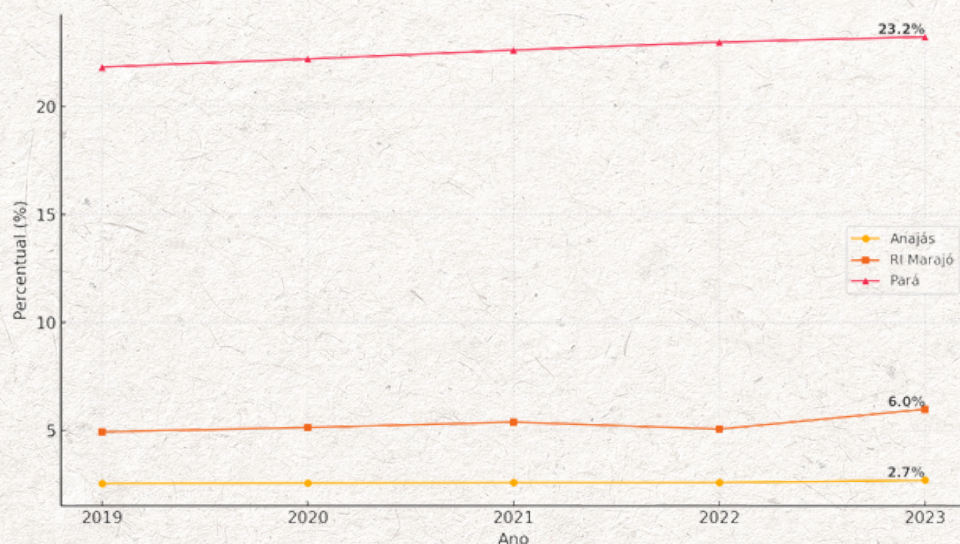
Percentual da Área Desmatada em relação à área total

Anajás manteve um percentual estável de área desmatada, passando de 2,5% em 2019 para 2,7% em 2023, sem grandes oscilações. A RI Marajó iniciou com 4,9% e atingiu 6,0% em 2023, com crescimento progressivo. Já o estado do Pará apresentou elevação contínua, de 21,7% para 23,2%, mantendo-se com os maiores valores entre os recortes. A estabilidade em Anajás contrasta positivamente com o padrão estadual, que aponta avanço do desmatamento. Apesar disso, a manutenção em torno de 2,6% ainda exige vigilância. O cenário geral indica crescimento do desmatamento em ritmos distintos (Gráfico 27).

A relativa contenção em Anajás pode ser atribuída à sua elevada proporção de floresta, somada à baixa pressão fundiária ou ações locais de preservação. O aumento na RI Marajó evidencia vulnerabilidades maiores em áreas vizinhas, o que pode gerar efeitos indiretos no futuro. O dado do estado do Pará é o mais alarmante, com quase um quarto do território já desmatado. O avanço contínuo no estado exige reforço em medidas de controle e recomposição florestal. Anajás apresenta, por ora, um desempenho mais favorável, mas o histórico de perda florestal requer medidas preventivas mais efetivas (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Anajás x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

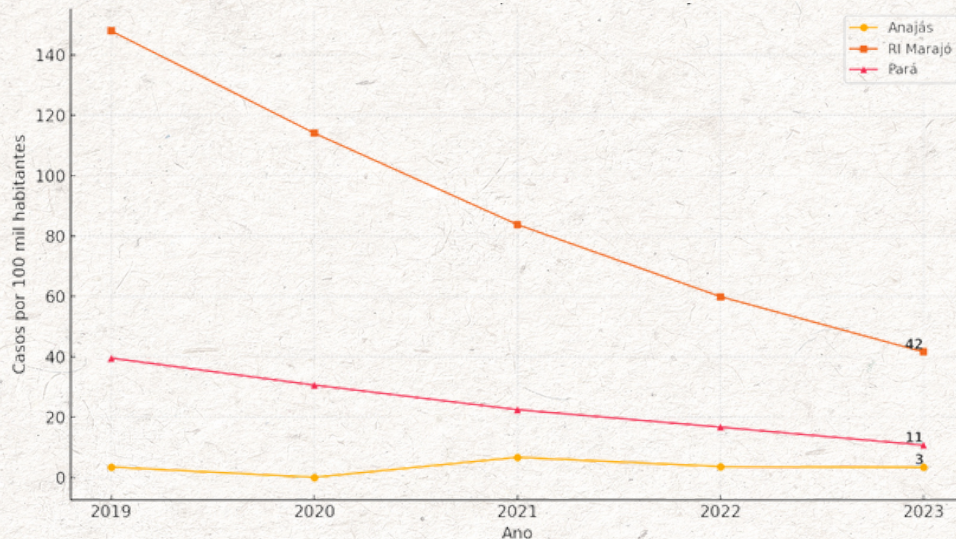
Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Em Anajás, o número de casos de trabalho infantil apresentou variações, iniciando com 4 casos por 100 mil habitantes em 2019 e encerrando com 3 em 2023. Em 2020 o município atingiu o menor valor (0), mas teve um pico de 8 casos em 2021, voltando a cair nos anos seguintes. A Região de Integração Marajó teve uma queda consistente: de 149 em 2019 para 42 em 2023. O estado do Pará também reduziu, saindo de 39 em 2019 para 11 em 2023. Isso mostra uma tendência estadual e regional de queda no trabalho infantil (Gráfico 28).

A evolução em Anajás, embora positiva ao final do período, revela certa instabilidade no meio da série. A RI Marajó manteve os valores mais altos ao longo dos anos, mesmo com redução expressiva, o que indica maior vulnerabilidade social. O estado, apesar da tendência de queda, ainda apresentava mais de 10 casos por 100 mil habitantes em 2023. A redução generalizada pode estar associada à intensificação de políticas públicas e ações escolares. O cenário aponta avanços, mas exige manutenção das estratégias para evitar retrocessos (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Anajás x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

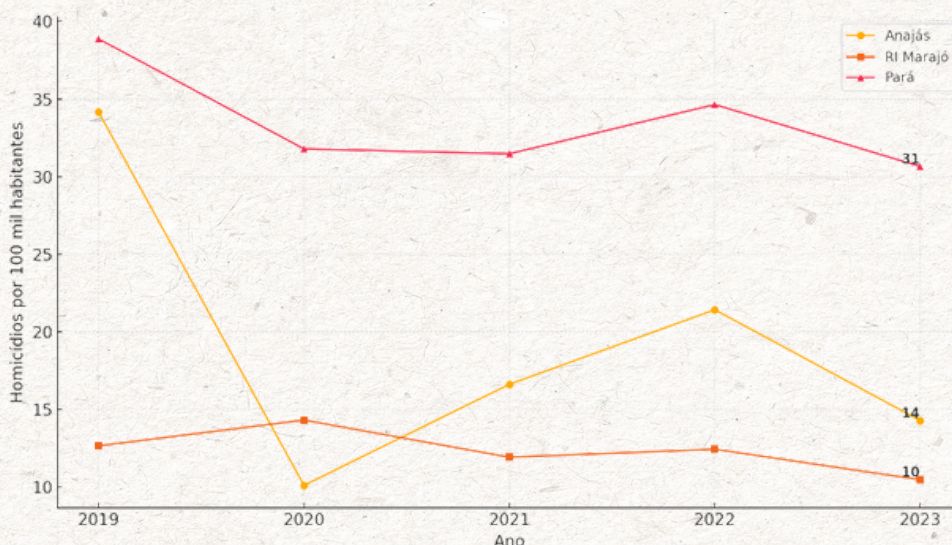
Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

Em Anajás, a taxa de homicídios variou bastante ao longo dos anos. Em 2019, o município registrou 34 homicídios por 100 mil habitantes, caindo para 10 em 2020. A taxa subiu novamente em 2021 (17) e alcançou 21 em 2022, encerrando em 14 em 2023. Na RI Marajó, a variação foi mais contida, indo de 13 em 2019 para 10 em 2023. Já o estado do Pará iniciou com 39 homicídios por 100 mil habitantes em 2019 e fechou com 31 em 2023 (Gráfico 29).

A oscilação em Anajás sugere instabilidade

no controle da violência letal, com picos e recuos sucessivos. O valor mais elevado do período ocorreu logo no início da série, enquanto a média estadual manteve-se consistentemente alta. Apesar da melhora em 2023, Anajás ainda superou a taxa da RI Marajó em 4 pontos. O estado apresentou tendência levemente decrescente, mas ainda com taxas preocupantes. O panorama reforça a necessidade de políticas de segurança integradas e ações de prevenção direcionadas aos municípios mais vulneráveis (Gráfico 29).

Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Anajás x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

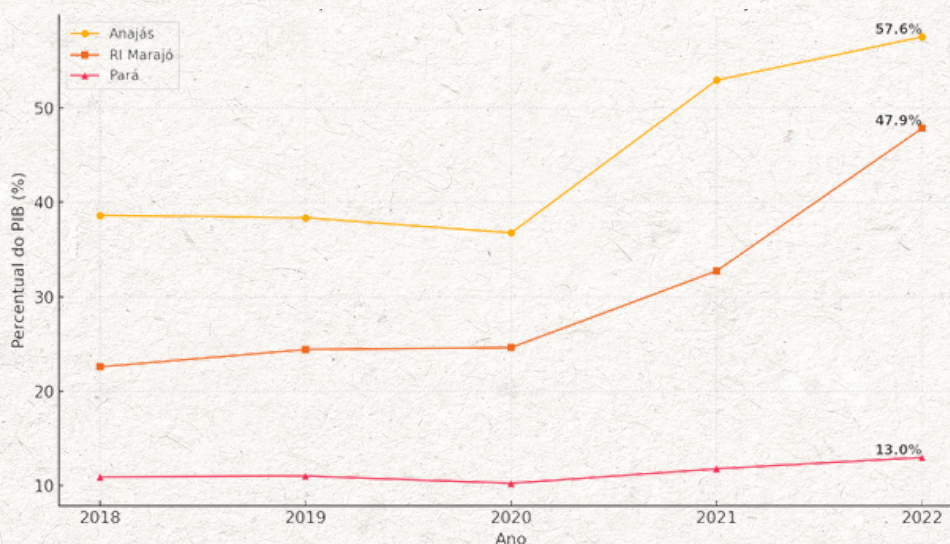


Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Em Anajás, o gasto público municipal em relação ao PIB iniciou em 38,7% em 2018 e permaneceu praticamente estável até 2020, quando estava em 36,9%. A partir de 2021, observou-se um salto expressivo para 53,7%, encerrando 2022 com 57,6%. A RI Marajó seguiu tendência semelhante: de 22,5% em 2018 para 47,9% em 2022. Já o estado do Pará registrou variações mais modestas, passando de 10,9% para 13,0% no mesmo período. O aumento em Anajás e na RI indica forte expansão do gasto público nos territórios mais dependentes da administração pública. A diferença entre o município e o estado alcançou 44,6 pontos percentuais em 2022 (Gráfico 30).

Esse comportamento evidencia uma crescente participação do poder público na economia local, especialmente em regiões com menor atividade privada. Em Anajás, o salto após 2020 pode estar relacionado a políticas emergenciais ou aumento das transferências intergovernamentais. A elevação contínua sugere forte dependência do setor público para dinamizar a economia local. Apesar disso, a sustentabilidade desse padrão exige atenção, já que pode mascarar fragilidades estruturais da base produtiva. A RI Marajó, que também registrou alta expressiva, reforça esse padrão regional. O Pará, por outro lado, manteve proporções mais estáveis, sugerindo maior diversidade econômica estadual (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Anajás x RI Marajó x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

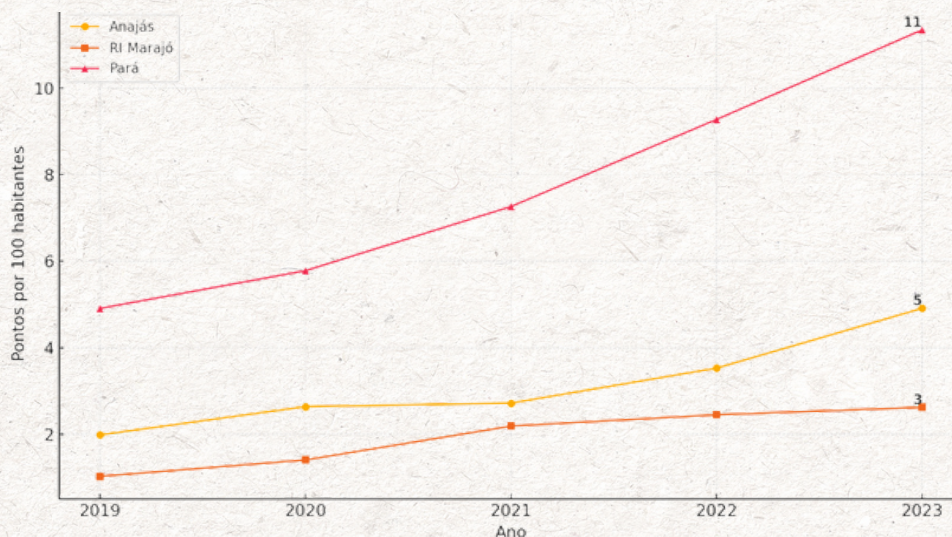
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 57,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta foi alcançada.

Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

A taxa de acesso à banda larga fixa em Anajás cresceu de forma contínua entre 2019 e 2023, saindo de 2 pontos por 100 habitantes para 5. Na RI Marajó, o indicador subiu de 1 para 3 pontos, com crescimento mais lento. Já o estado do Pará partiu de 5 pontos e atingiu 11 em 2023, mantendo-se à frente dos demais recortes. O maior salto de Anajás ocorreu entre 2022 e 2023, de 3,5 para 5 pontos. Apesar disso, o município ainda permanece com menos da metade da média estadual. A RI também revela desigualdade de infraestrutura digital, com ritmo inferior ao de Anajás e do Pará (Gráfico 31).

evidencia a necessidade de aceleração da inclusão digital. A conectividade limitada pode impactar negativamente o acesso à informação, serviços públicos e atividades produtivas. A média estadual mais elevada reflete políticas públicas e investimentos mais expressivos em regiões urbanas e centrais. A disparidade regional permanece um desafio para o desenvolvimento equitativo da infraestrutura de telecomunicações. A melhora recente em Anajás pode indicar iniciativas locais ou programas federais, cujo impacto precisa ser ampliado. O fortalecimento das redes fixas é fundamental para apoiar educação, saúde e economia digital nas áreas mais isoladas (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Anajás x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

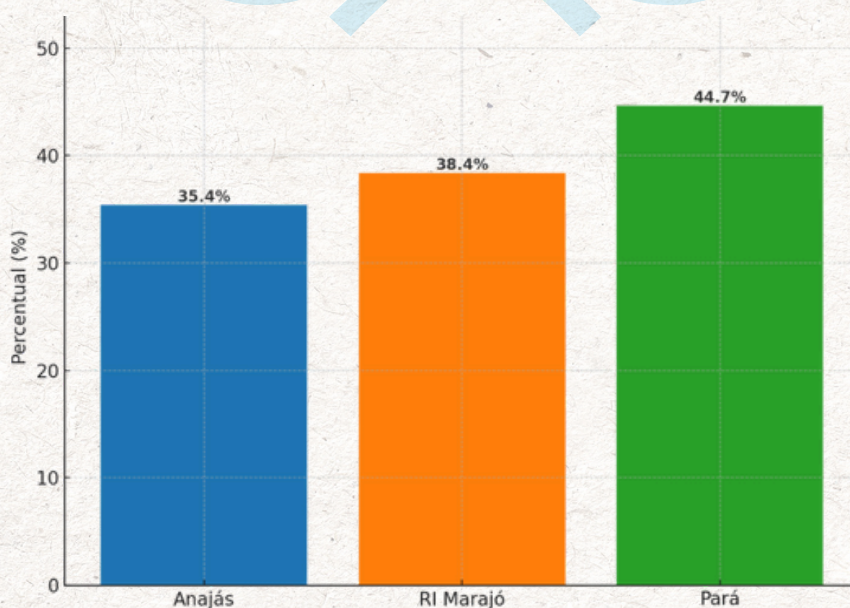
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Anajás** registrou um IDS de **35,4%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Anajás x RI Marajó x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multisetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



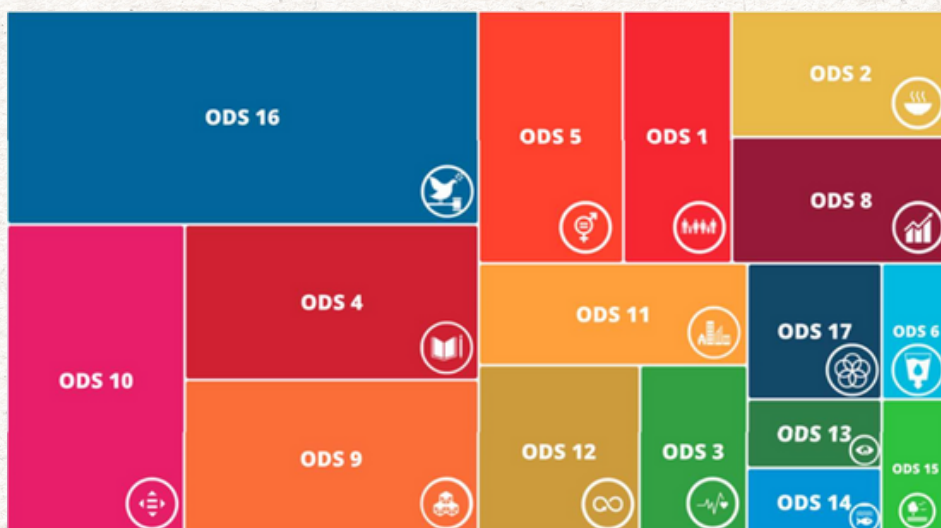
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23.2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Anajás na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Anajás e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

